

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Aviso nº 996- Seses-TCU-Plenário, de 22 de julho de 2009, que encaminha cópia do Acórdão nº 1629/2009-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, em atenção ao Ofício nº 1391, de 1º de Setembro de 2008, do Presidente do Senado Federal.

RELATOR: Senador RENATO CASAGRANDE

I – RELATÓRIO

O Tribunal de Contas da União (TCU), por intermédio do Aviso nº 996-Seses-TCU-Plenário, de 22 de julho de 2009, encaminha ao Senado Federal cópia de seu Acórdão nº 1629, de 22 de julho de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esse Acórdão trata do posicionamento e das decisões daquela Corte sobre solicitação formulada por esta Casa, em atendimento a acordo manifesto em Plenário, na sessão realizada em 2 de julho de 2008.

Na ocasião, o Senado Federal havia promulgado a Resolução nº 33, de 2008, que autorizou o Município de Manaus a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América). À época, ficou decidido que o Senado Federal encaminharia cópia dessa Resolução ao Tribunal de Contas da União, com a recomendação para que aquela Corte procedesse ao acompanhamento da aplicação dos recursos proveniente da referida operação de crédito.

O Aviso nº 996, de 2009, informa ao Senado Federal, em particular a esta Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o entendimento, as conclusões e as providências adotadas pelo Tribunal de Contas da União

relativamente à operação de crédito de que trata a referida Resolução nº 33, de 2008.

II – ANÁLISE

Avisos do Tribunal de Contas da União encaminhados ao Congresso Nacional, ou às suas comissões, constituem procedimento usual daquela Corte que visa, formalmente, informar-lhe sobre as ações levadas a efeito com a execução de suas funções precípua ou especificamente demandadas. Nesse sentido, aos membros do Congresso Nacional, ou de suas comissões, cabe, fundamentalmente, tomar conhecimento de seu teor.

Por esse Acórdão, o Tribunal de Contas da União reafirma entendimento já adotado por ocasião de decisão anterior (Acórdão nº 2.328, de 22 de outubro de 2008), prolatado nestes autos, segundo o qual *a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente contratante, em homenagem ao Princípio Federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpidas no art. 18, caput, da Constituição Federal.*

Ademais, naquele mesmo Acórdão, ficou determinado que o Tribunal examinasse os documentos que deram suporte à elaboração dos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Comissão de Financiamentos Externos, todos favoráveis à operação de crédito e à concessão de garantia pela União ao Município de Manaus, *de modo a acompanhar a condução da operação de crédito tratada nos autos quanto às cautelas típicas do avalista, informando, oportunamente, os resultados desses exames.*

Portanto, pelo Aviso nº 996-Seses-TCU-Plenário, de 22 de julho de 2009, o Tribunal de Contas da União informa a esta Comissão que o exame dos documentos que deram suporte à elaboração dos referidos pareceres demonstrou que foram atendidas as exigências e condições legais e regulamentares pertinentes à matéria, e que, em decorrência, foi determinado o arquivamento dos referidos autos.

Logicamente, pareceres referentes aos avisos, como o agora proferido, constituem procedimento regular, indispensável para que seja dado conhecimento aos parlamentares do teor dos relatórios sobre a

execução dos programas, funções e processos específicos de fiscalização e controle, exercidos pelo Tribunal de Contas da União sobre as ações, os contratos ou os programas executados pelo setor público.

Dessa forma, relativamente ao Aviso em exame, a esta Comissão cabe, nos termos regimentais, tão-somente tomar conhecimento das informações prestadas pelo TCU e deliberar pelo seu arquivamento. Eventualmente, quando assim entender necessário, cabe deliberar sobre aspectos atinentes aos procedimentos adotados e aos resultados apurados no processo de fiscalização e controle.

III – VOTO

Do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor do Acórdão nº 1169, de 22 de julho de 2009, do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, encaminhado a esta Casa pelo Aviso nº 996-Seses-TCU-Plenário, de 22 de julho de 2009, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 2009.

, Presidente

, Relator